

II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE  
Indaiatuba – São Paulo

Grupo de Trabalho 16  
*Relações Internacionais e Ambiente*

Texto para apresentação e discussão:  
**FLORESTAS TROPICAIS NA ARENA MUNDIAL.**  
**Desmatamento, política internacional e a Amazônia brasileira.**

Proponente:  
Carlos Potiara Castro  
Doutorando em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
Mestre em Ciência Política pela Universidade de Paris VIII,  
E-mails: [potiara@unicamp.br](mailto:potiara@unicamp.br), [carlospotiara@uol.com.br](mailto:carlospotiara@uol.com.br)

Campinas, 10 - IV - 2004

**Resumo:**

A importância que adquiriram as florestas tropicais úmidas na política internacional, sob aspectos tanto naturais quanto sociais e econômicos, tem atraído a atenção de estudiosos, pesquisadores e tomadores de decisão. As análises feitas com base em acordos e documentos conjuntos, realizados sobretudo a partir das últimas três décadas, têm sido bastante reveladoras não somente de uma dinâmica interna, mas também de movimentos que conformam outros processos mais gerais. Desde os anos 70, parte em resposta aos constrangimentos impostos pela crise energética mundial, a política que norteou o avanço da discussão sobre as florestas dos países do Sul estruturou-se de forma a buscar permitir que a oposição entre desenvolvimentismo e conservacionismo não obstruísse decisões de proteção ao meio ambiente. A partir dos anos 80 e 90 as madeiras tropicais deixam de ser consideradas produtos primários. Inseridas em aspecto mais vasto, envolvem questões mais sensíveis para o meio ambiente planetário: biodiversidade, efeito estufa e populações tradicionais. Com o colapso do bloco soviético o conceito de globalização substitui o de interdependência, surgem novos atores e regulamentações. Ao mesmo tempo, a busca por uma política de preservação das florestas leva ao questionamento do modelo de produção dominante que precisa incessantemente de novas fronteiras para sua expansão.

## Introdução

A recente, ainda que fundamental, redescoberta da noção de finitude dos recursos naturais leva à discussão sobre o comportamento predatório do ser humano em seu processo de ocupação e dominação dos espaços geográficos. Se por um lado essa redescoberta levanta a idéia central de sustentabilidade da ação antrópica em suas estratégias sociais e econômicas, por outro ela gera uma discussão sobre as medidas que devem ser tomadas para controlar e organizar as atitudes dos homens e mulheres de forma a evitar problemas ambientais de maiores proporções.

Ainda nos 70, mas sobretudo a partir da UNCED<sup>1</sup>, a questão ambiental vai ocupar lugar de destaque nas discussões sobre desenvolvimento econômico. As agências multilaterais, consultores e tecnocratas buscarão ver em reajustes dos planos desenvolvimentistas anteriores, inclusive com modificação de metodologia de trabalho, ou seja, tornando eles ambientalmente menos impactantes, uma solução para esses novos problemas. Esverdeando-se, inclusive em seu discurso, os programas de desenvolvimento econômico poderiam assim estar assegurados a longo prazo. Essa saída seria a da internalização de externalidades em maior ou menor grau, em um nível mais localizado<sup>2</sup>, basicamente interno ao mundo empresarial. Mas a nível sistêmico global essas formas de controle da atividade econômica poderiam vir a ser duvidosamente efetivas e conseqüentemente menos expressivas.

Ao mesmo tempo, estamos vivendo um processo de rápida transformação de vastas áreas nos trópicos. O ambiente natural, ainda parcialmente preservado, está sendo aceleradamente modificado, muitas das vezes de forma irreversível. As florestas tropicais úmidas são emblemáticas pois representam o último capítulo do processo de ocupação pelo ser humano e seus meios de produção e reprodução econômica de áreas de fronteira. Capitaneado

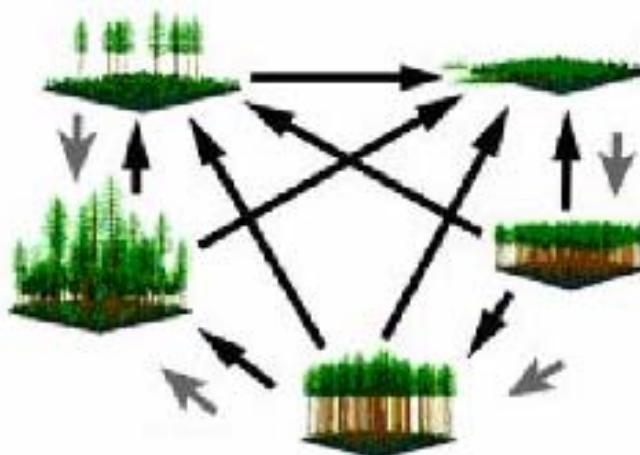
---

<sup>1</sup> United Nations Conference on Environment and Development.

<sup>2</sup> Acselrad, H. **A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

pelo pioneiro, desbravador de sertões, o legado ambiental dessa expansão é preocupante<sup>3</sup>. Vários países das zonas temperadas, antes de voltarem a incentivar o replantio, chegaram a ter menos de 10% da cobertura florestal original<sup>4</sup>. Caso processo semelhante se verifique nas florestais tropicais as conseqüências negativas poderão ser muito maiores. Notoriamente porque Bangladesh, Índia, Sri Lanka e Haiti, já perderam a totalidade de sua cobertura original de florestas tropicais úmidas. As de Costa do Marfim foram quase totalmente derrubadas. As de Filipinas perderam 55% das suas entre 1960 e 1985 e de Tailândia 45% entre 1961 e 1985.

Figura 1 - Complexidade e dinamismo das florestas: a diversidade de estruturas necessárias para proteger espécies. Nessa figura vê-se representado da esquerda para a direita e de cima para baixo: Savana, Desmatado, Complexo, Denso e Sub-Povoado. Mudança constante na estrutura florestal acarreta crescimento de determinadas plantas, distúrbios, migração de espécies, mudanças climáticas e outros processos.



Fonte: OLIVER, C. D. e LARSON, B. C. *Forest stand dynamics*. New York: John Wiley, 1996, Apud. FAO, *State fo the world's forest*. Roma: FAO, 2003, pg. 87.

<sup>3</sup> Visto geralmente de forma positiva, essa personagem de filmes, é responsável, em última instância, através da incorporação de novos espaços, por preservar o ritmo de desenvolvimento econômico. No Brasil, “apesar das restrições, no período 1948-1969 a agricultura se expandiu em média 4,2% ao ano, superando uma média de crescimento populacional de 2,9% ao ano, apoiada na expansão de frentes de agricultura comercial em áreas de fronteira: do crescimento total da agricultura observado no período, 90,7% foi causado pela incorporação de novas terras à produção” in HOGAN, D. J. *et alii*. Um breve perfil ambiental da região Centro-Oeste. in HOGAN, D. J. *et alii*. **Migração e meio ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo e Estudos de População / Universidade Estadual de Campinas, 2002, pg. 185.

<sup>4</sup> Ver especialmente CHINARD, G. *L'homme contre la nature. Essais d'histoire de l'Amérique*. Paris: Hermann, 1949.

No início do século XIX existia ao redor do mundo cerca de 3 bilhões e meio de hectares de florestas tropicais úmidas, as mais ricas em biodiversidade e em população de árvores. Chegamos ao final do século XX contando com a metade dessa área em florestas primárias ainda preservadas. Somente entre 1980 e 1995 cerca de 200 milhões de hectares de florestas foram perdidos. A destruição anual de florestas naturais nos países em zonas tropicais se situou entre 13,7 milhões e 15,5 milhões de hectares<sup>5</sup>. Nesse ritmo, o que sobrou de florestas tropicais desaparecerá quase por completo até o final deste século.

Tabela 1 – Uso econômico de plantas das florestas topicais do Sudeste Asiático.

<b>PRODUTO COMERCIAL</b>	<b>NÚMERO DE ESPÉCIES</b>
Espécies Madeiras	1462
Plantas Mediciniais	1135
Plantas Ornamentais	520
Frutas e Castanhas	389
Fibras	227
Plantas Venenosas e Pesticidas	147
Especiarias e Condimentos	110
Outros	1960
<b>TOTAL</b>	<b>5950</b>

*Fonte: JANSEN, P.C.M., et alii., eds. Basic list of species and commoditygrouping (Plant Resources of Southeast Asia). Wageningen: Pudoc, 1991, Apud. FAO, State fo the world's forest. Roma: FAO, 2003, pg. 91.*

Momentos significativos do avanço da economia mundial constituem-se com base na exploração de recursos naturais e na busca incessante por novas tecnologias para apropriação da natureza. Essa assertiva é importante para se entender os processos de avanço sobre novas

<sup>5</sup> Esses números são da FAO, que mostram ainda uma diminuição da taxa anual de desmatamento que passou de 15,5 milhões de hectares entre 1980 e 1990 a 13,7 milhões entre 1990 e 1995 e, tomando o período entre 1990 e 2000, a taxa baixa para 11,5 milhões de hectares derrubados anualmente. Citado em SMOUTS, M.-C. **Forêts tropicales junlge internationale**. Paris: Presses de Science Po, 2001, pp 15-16. Esses dados oficiais são, entretanto, questionados por ONGs como a Rain Forest Network (RAN) que indicam números maiores.

terras nas áreas com cobertura florestal primária e porque e como interferem, junto com variáveis endógenas, na aceleração atual desse movimento<sup>6</sup>.

As florestas tropicais úmidas cobrem hoje em dia apenas 2% da superfície do globo terrestre ou 6% do total de suas terras. A sua superfície original cobria o dobro dessa área. Mesmo assim, a metade das espécies vegetais e animais têm seu habitat nessas florestas<sup>7</sup>. Apesar de sua pequena área total, essas regiões abrigam entre 2,5 a 5 milhões de espécies vegetais e animais. Dados mostram que 90 mil espécies de plantas, das 250 mil conhecidas, estão nessas florestas e que ainda deve haver cerca de 30 mil espécies a serem descobertas.

Mapa 1 – Áreas de Florestas Tropicais no Mundo.



Fonte: FAO, 2003

Além da perda de biodiversidade, a derrubada das florestas leva a uma perda das reservas de carbono seqüestrado, sobretudo nas plantas e árvores vivas, liberado em forma de

<sup>6</sup> HOGAN, D. J. *et alii*. *Op. cit.*, pg. 185.

<sup>7</sup> Apenas na Amazônia encontra-se 22% do total de espécies.

CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono), através da decomposição das árvores derrubadas não aproveitadas ou das queimadas<sup>8</sup>. Fator complicador, a liberação do carbono seqüestrado através do desmatamento de florestas tropicais é a segunda mais importante fonte de produção de gases de efeito estufa no mundo. O caso brasileiro é interessante pois o país produz entre 4% a 5% das emissões globais de gases de efeito estufa, sendo dois terços desse número proveniente do setor florestal. Caso fosse feito um esforço de diminuição do ritmo dos desmatamentos o país poderia dar importante contribuição na redução das emissões globais desses gases.

### **Entre a UNCHE e a UNCED**

Foram várias as ocasiões em que os diversos países do mundo com representação no sistema ONU se reuniram para discutir a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. O primeiro desses encontros aconteceu em Estocolmo no ano de 1972. Foi nomeado Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano – UNCHE (sigla em inglês) e reuniu os representantes de diversos países dentre os mais industrializados e os que tinham uma economia mais incipiente. O objetivo era discutir a relação entre o processo de desenvolvimento econômico nas mais diversas regiões do mundo em sua relação com a natureza.

Antes mesmo da conferência de Estocolmo foi organizada uma série de reuniões preparatórias<sup>9</sup>, promovidas pelo sistema Nações Unidas. Depois de Estocolmo elas continuaram com o intuito de debater temas específicos levantados anteriormente como alimentação, moradia e população. Nesse processo nasce o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, que nas duas décadas seguintes seria um dos responsáveis, junto

---

<sup>8</sup> Food and Agriculture Organization. **State fo the world's forest**. Roma: FAO, 2003.

<sup>9</sup> O Founex de 1971, por exemplo. Ele nasce a partir dos protestos dos países em desenvolvimento contra o foco excessivo nos problemas ambientais dos países industrializados contido na programação da UNCHE que seria realizada no ano seguinte. Inicialmente a conferência de Estocolmo iria discutir os efeitos negativos da industrialização, particularmente dos problemas de poluição. Ver KOLK, A. **Forests in international environmental politics. International organisations, ngos and the Brazilian Amazon**. Utrecht, International Books, 1996, pp. 128-129. Ver também entrevista com Roberto Guimarães in FERREIRA, L. C. e BARBOSA, S. **Sociologia Ambiental, teoria social e a produção intelectual na América Latina**, Campinas: Relatório de Pesquisa, mimeo, 2004.

com outras organizações multilaterais e não governamentais, por incluir as questões ambientais entre as mais importantes da agenda mundial<sup>10</sup>.

Dentro deste último foi criada em 1983 a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo relatório de trabalho, publicado quatro anos mais tarde viria a ser conhecido por Brundtland<sup>11</sup>, do nome da ex-primeira-ministra norueguesa que presidia os trabalhos. Nesse relatório surge o conceito de desenvolvimento sustentável e mostra a necessidade de novas conferências de trabalho para a definição de possíveis soluções aos problemas apontados. Assim se organizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED (sigla em inglês), no Rio de Janeiro, vinte anos depois de Estocolmo.

O fundo do embate se dará entre os países ricos do norte e os pobres do sul. O que os dividirá serão os pontos de vista opostos, que vão ter como pano de fundo a repartição das riquezas do mundo<sup>12</sup>.

“A iniciativa da UNCHE em Estocolmo se originou com a preocupação dos países industrializados com seus próprios problemas ambientais. O que provocou pressões por parte dos países do sul para incluir uma referência explícita sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, e particularmente sobre as diferenças entre norte e sul no que diz respeito a prioridades ambientais e de desenvolvimento”<sup>13</sup>.

Após a Conferência de Estocolmo houve uma perda do interesse nas relações internacionais pela temática ambiental. Alguns motivos explicativos podem ser apontados. A crise do petróleo gerou um prolongado período de tensão com o fornecimento de fontes energéticas e em consequência com a economia no mundo, gerando um aumento da importância desta última. Ao mesmo tempo, o período entre o final da década de 70 e início da

---

<sup>10</sup> Ver SMOUTS, M.-C. *Op. cit.*

<sup>11</sup> Nosso Futuro Comum, verificar citação.

<sup>12</sup> SMOUTS, M.-C. *Op. cit.*

<sup>13</sup> KOLK, A., *op. cit.* p. 127.

de 80 é a fase de ouro do terceiro-mundismo, quando os países do sul tomaram deliberadamente uma posição de enfrentamento com os países mais industrializados no que tange ao comércio mundial. A questão é sobretudo econômica e diz respeito aos projetos de desenvolvimento nacionais. Mas com a crise da dívida dos anos 80, que afetou muitos países e de forma particular países da América Latina, essas posições se arrefeceram e a temática ambiental voltou mais tarde a ter de novo espaço. Apesar disso, “na UNCED, especialmente, a relação entre ambiente e desenvolvimento emerge de novo. Além disso, os países do sul argumentavam que o norte era largamente responsável pela crise ambiental global e era moralmente responsável de desenvolver e de pagar por soluções<sup>14</sup>”

### **Relações internacionais e seus atores**

Vários tipos de atores vão estar presentes na esfera internacional. Podemos identificar os governos nacionais, o sistema ONU, as ONGs, os bancos de desenvolvimento e as empresas multinacionais. Cada um com um certo grau de influência sobre os rumos das políticas de meio ambiente. Os governos nacionais agirão através de acordos bilaterais e uso de seu prestígio - os mais desenvolvidos e com já dispostos de capacidade instalada para produção de pesquisas sobre as florestas tropicais a nível internacional serão os que vão realizar os primeiros trabalhos científicos que darão base para as discussões pioneiras sobre as florestas tropicais. Na maior parte das vezes, esses países são metrópoles coloniais que perderam, sobretudo após a segunda guerra mundial com o processo de descolonização na África e na Ásia, suas antigas colônias e protetorados e que vão estudar a natureza dos territórios que tinham dominado e sobre os quais ainda guardavam algum grau de influência. Essas primeiras pesquisas, sob o marco de uma certa idéia de exótico, vão criar critérios diferenciadores de estatuto entre florestas tropicais e temperadas. O que acabará por gerar conflitos posteriores, pois para alguns desses pesquisadores as florestas teriam a sua própria conservação por função

---

<sup>14</sup> *Ibidem.*

principal enquanto que para as populações locais as florestas nunca deixaram de ter uma função de habitat e de fonte de recursos econômicos e alimentícios<sup>15</sup>.

A partir do final da segunda guerra mundial surgem as Instituições multilaterais tal qual as conhecemos – o Sistema ONU. A FAO, em particular, vai elaborar os primeiros relatórios englobando dados sobre as florestas de todos os países, fazendo uso para tal de informações fornecidas pelos governos nacionais, com critérios distintos, ainda não uniformizados. Será da FAO, portanto, o esforço inicial para elaborar metodologia universal para o cálculo da cobertura florestal nacional, trazendo para dentro de seus muros um debate sobre critérios de definição do que vem a ser uma floresta. Aos poucos a FAO perderá de sua influência sobre essas questões<sup>16</sup>. Em nível de América Latina, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) vai passar a desempenhar um certo papel sobre a questão, a partir das Conferências Preparatórias (Preconfs) para a UNCHE que se realizam a partir de 1969, quando se organiza um corpo técnico para qualificar e representar as posições dos países da região. A CEPAL funciona então com uma certa independência, consultando os países da região e usando das capacidades diplomáticas dos mesmos. A posição do Itamaraty vai ser bastante influente a partir dessas Preconfs e vai cristalizar as linhas gerais das demandas dos

---

<sup>15</sup> Eles terão influência tal – que perdurará posteriormente dentro das organizações multilaterais - que definirá termos e conceitos dominantes, eixos de novas pesquisas, posicionamentos diante de novos fatos, os itens relevantes, enfim, a agenda ambiental mundial. A influência dos países do Norte em todas as etapas da evolução do debate internacional sobre o meio ambiente será marcante. A inclusão da participação das populações locais dos países do Sul no debate é bastante recente, tendo surgido como uma necessidade. Pois, “um discurso globalizante fabricado nos países do Norte que deseja aplicar em todos os lugares as mesmas receitas herdadas das lições de silvicultura ensinada na Europa nos anos 1950, esse discurso não tem nenhuma chance de ser frutífero fora dos circuitos internacionais onde ele se auto-alimenta”. SMOUTS, *op. cit.*

<sup>16</sup> Sob a presidência de E. Saouma, de incomum longevidade no cargo, a FAO perderá um pouco de sua credibilidade e eficiência. Excesso de “agronomismo” em sua produção e clientelismo eram as principais reclamações provenientes sobretudo de ONGs. Esse pode ser apontado como um dos motivos pelos quais a FAO deixará de ser o interlocutor privilegiado, cedendo parte importante daquilo que seria o seu espaço “natural” para outras instituições. Será sobretudo o Banco Mundial (International Bank for Reconstruction and Development) que ocupará esse espaço, além de organizações não governamentais que passarão a produzir seus relatórios e pesquisas próprias, como por exemplo o WWF (Wildlife World Fund – nascido a partir da IUCN), algumas vezes recebendo recursos financeiros para sua manutenção desses órgãos multilaterais. Para descrição mais detalhada, ver Ver KOLK, A., *op. cit.* p. 139 e SMOUTS, M.-C. *op. cit.* sobretudo o capítulo 6 – *L’écopolitique à petits pas*.

países em desenvolvimento<sup>17</sup>. Ao mesmo tempo, o percurso do corpo técnico especializado nas questões ambientais dentro da CEPAL reflete a própria disputa pela internalização dessa temática dentro da estrutura da instituição<sup>18</sup>. Apesar da crescente importância, o Meio Ambiente será relegado a plano secundário tanto na organização de sua Divisão quanto na alocação de recursos para pesquisa e produção intelectual.

Existem mais de duas centenas de organizações intergovernamentais (IGO) atuando no mundo. A partir das mobilizações dos anos 60 e 70 surgem as grandes ONGs internacionais que vão atuar em paralelo com os organismos multilaterais, ajudando a elaborar algumas das definições tomadas como normas e estabelecendo critérios de avaliação a nível mundial. Pois essa é a grande disputa, desde o final dos anos 60 na arena internacional, por conceitos e definições que abarquem as perspectivas mais universalistas, que muitas vezes entram em choque com as próprias estratégias dos Estados nacionais. Mais comumente com os Estados mais ricos e também com as estratégias empresariais das transnacionais. Essas ONGs terão papel de destaque pois servirão como consultoras em fóruns promovidos pelos organismos oficiais e serão também responsáveis por avanços em direção a pontos que contemplem os interesses dos países em desenvolvimento, senão relegados a um espaço secundário. Existem cerca de 6 mil ONGs que atuam a nível internacional.

Empresas multinacionais, enfim, contribuem direta ou indiretamente em muitos casos com o desmatamento de florestas tropicais, constituindo, com o processo de globalização, em agentes não negligenciáveis. Comumente estão fortemente presentes em algum dos elos das longas cadeias produtivas<sup>19</sup>. Existem cerca de 60 mil empresas transnacionais atuando ao redor do mundo, com 500 mil filiais. Mas antes dos projetos de desenvolvimento (assentamentos, pecuária, mineração – que vão surgir nas áreas de fronteira da região amazônica), é preciso que seja construída a infra-estrutura necessária para sua implantação - estradas, hidrelétricas, linhas de transmissão, telecomunicações. Os bancos de

---

<sup>17</sup> Ver KOLK, A., *op. cit.*

<sup>18</sup> Ver entrevista com Roberto Guimarães, *op. cit.*

<sup>19</sup> No caso da Amazônia, deve, por exemplo, levar em conta a cadeia da soja para entender o processo de ocupação de novas áreas de fronteira.

desenvolvimento - sendo o Banco Mundial o mais importante, originário dos acordos de Breton Woods - são geralmente os responsáveis pelo fornecimento de recursos para infraestrutura. Essas instituições são, portanto, importantes agentes de transformação ambiental. A partir do início dos anos 80 o Banco Mundial terá a equipe de trabalho e de pesquisa mais influente e que até hoje define em larga medida a pauta das questões ambientais globais. No entanto, se hoje instituições desse tipo se mostram mais abertas aos problemas ambientais, não se deve ter dúvidas de que se trata do resultado das pressões exercidas pelos movimentos sociais e pela opinião pública<sup>20</sup>. Da mesma forma é necessário ressaltar que o foco dado aos problemas ambientais pelo Banco Mundial, como não poderia deixar de ser por constituir uma instituição financeira, tem sobretudo um enfoque economicista, que relega as abordagens interdisciplinares e das ciências sociais a segundo plano. O foco sobre a internalização parcial das externalidades e sobre a valoração dos recursos ambientais levanta um debate de alcance relativo, que não trará respostas duradouras para as questões ambientais e para as desigualdades econômicas que as permeiam.

É preciso afirmar aqui que a idéia de uma floresta tropical úmida uniforme não tem respaldo científico. Trata-se de um conceito de ecologia política retomado pelos diversos atores na arena internacional. Ao contrário do aquecimento global, a destruição das florestas primárias é algo de absolutamente palpável para a opinião pública. Produto de uma sociedade que se comunica pelas imagens, é provável que a mobilização em torno das florestas não tivesse sensibilizado tanta gente nos mais diferentes países do planeta, caso não fosse possível vê-la, seja por reportagens jornalísticas seja por sensoriamento remoto a partir de satélites. Sob fundo de incêndios, de recorde de calor do verão de 1988, de preocupação com o aquecimento climático e ainda com revista Times destacando o homem do ano como sendo o planeta doente, a opinião pública vai ser fortemente mobilizada nesse período anterior à UNCED<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Ver ECKERSLEY, R. **Environmentalism and political theory. Toward an ecocentric approach**. Londres: UCL Press, 1995, p.11 e FERREIRA, L. C. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. in FERREIRA, L. C. e VIOLA, E. **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora Unicamp, 1996, pp. 245-246.

<sup>21</sup> Ver CASTRO, C. P. **L'Amazonie dans la presse européenne. Une étude sur l'opinion publique**. Paris: Universidade Paris 8, Dissertação de mestrado, mimeo, 110 p.

“O interesse pelas florestas tropicais e ao destino de seus habitantes não teria atingido a mesma amplitude caso imagens de incêndio e de devastação não tivessem sido difundidas pela imprensa e não tivesse vindo se inscrever em um contexto geral de inquietação pelo estado do planeta”<sup>22</sup>. A questão claramente posta é de saber até onde a espécie humana pode chegar na dilapidação dos recursos biológicos do meio terrestre e dos oceanos sem comprometer suas possibilidades de desenvolvimento, senão de sobrevivência.

### **Desmatamento e avanços de fronteira na Amazônia**

Examinado sob ângulos diferentes o conceito de fronteira tem se mostrado relevante para o entendimento de processos econômicos, políticos e sociais que envolvem múltiplos atores e interesses em conflito nas novas áreas incorporadas a uma economia de mercado<sup>23</sup>. As análises feitas com base nas realidades regionais dessas últimas quatro décadas têm sido bastante reveladoras não somente de sua dinâmica interna, mas também de movimentos que conformam outros processos mais gerais que envolvem atores agindo no cenário nacional e internacional<sup>24</sup>.

Desde os anos 60 e em especial a partir da construção de eixos rodoviários, a política que norteou o avanço da fronteira econômica sobre a floresta amazônica estruturou-se de forma a permitir a integração ao mercado nacional e internacional e às estruturas produtivas de acumulação do capital. Foi com mecanismos como os incentivos fiscais<sup>25</sup> que o Estado

---

<sup>22</sup> SMOUTS, *op. cit.* p. 78.

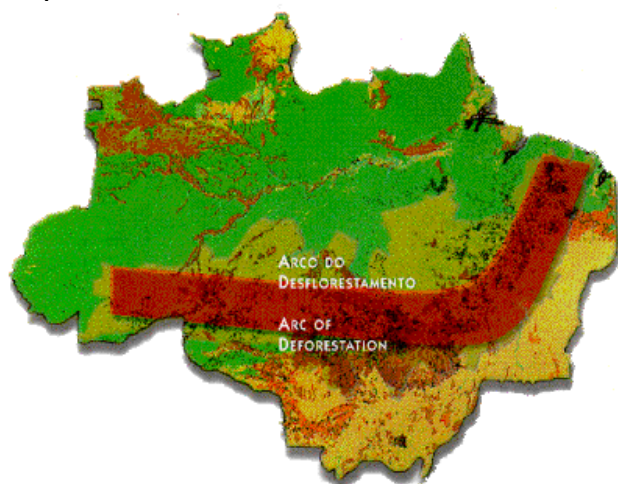
<sup>23</sup> Ver, com relação à discussão de fronteiras, BECKER, B. Grandes Projetos e Produção do Espaço Transnacional: Uma Nova Estratégia do Estado na Amazônia, **Revista Brasileira de Geografia**, 51 (4):230-254, 1989; LÉNA, P. e OLIVEIRA, A. (Orgs.). **A Fronteira Agrícola 20 anos depois**. Belém: Emílio Goeldi / CEJUP, 1992; e também, sobre as concepções de Turner, que tem a fronteira como um espaço de liberdade, onde os valores democráticos “naturais” se reproduzem e dinamizam o espaço político, ver o capítulo II de VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>24</sup> Ver BARBOSA, L. C. The world-system and the destruction of the Brazilian Amazon rain forest. **Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems and Civilizations Review**, vol. 16, n\_2, 1993, pp. 215-240.

<sup>25</sup> Ver por exemplo, BINSWANGER, H. P. Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon. **World Development**, Jul., 1991, pp. 821-829.

procurou atrair capital e empreendedores de diversos setores da economia que se deslocaram para aquela região.

Mapa 2: Arco do Desmatamento na Amazônia Brasileira



Fonte: MMA 2002

A Amazônia brasileira recobre uma área de 4,275 milhões de Km<sup>2</sup> e corresponde a 51% do território do país. Do início da colonização portuguesa da região até o ano de 1978, os desmatamentos tinham atingido cerca de 15,3 milhões de hectares de florestas<sup>26</sup>. As taxas de desmatamento aumentaram e com os desdobramentos dos programas desenvolvimentistas, houve intensificação de investimentos em setores produtivos demandantes de recursos florestais e de terra, como é o caso da madeira e da pecuária, acompanhados de migração de pequenos produtores e de trabalhadores rurais assalariados. Assim, de 1978 a 1988, a região passa a ter uma área desmatada de 37,8 milhões de hectares. Em 1990, estava com 41,5 milhões de hectares e atualmente, a cada ano, segundo dados oficiais, são devastados em torno de 2 milhões de hectares. Os dados de 1999 mostram que aquele montante atinge a 13,9% do bioma Amazônia<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Citado por PÁDUA, J. A. Biosphere, history and conjuncture in the analysis of the Amazon problem. in REDCLIFT, M. e WOODGATE, G. **The international handbook of environmental sociology**. Cheltenham e Northampton: Edward Elgar, 1997, p. 403.

<sup>27</sup> Ver CASTRO, E., MONTEIRO, R. e CASTRO, C. P. **Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia. Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingú**. Relatório de pesquisa de consultoria prestada ao Banco Mundial, Belém: mimeo, 2003, 250 p. Para uma discussão

O movimento de expansão na área do arco do desmatamento continua, seguindo em direção a áreas ainda preservadas. Apesar do esforço e de políticas praticadas pelo Estado, por ONGs e certos atores sociais, apesar de discursos ambientalistas e de regulamentações e ações fiscalizadoras, a tendência mostra a continuidade acelerada desse movimento<sup>28</sup>. O interesse pela pecuária aumenta e seu crescimento tem sido pouco explicado do ponto de vista da ação das estratégias de pequenos, médios e grandes empreendedores. A produção de grãos, intimamente ligada ao mercado mundial, tanto de produtos alimentícios como de insumos e máquinas, vai se tornar aos poucos um modelo de produção que será visto como gerador de desenvolvimento local e regional<sup>29</sup>. Modelo esse que vai dominar toda a discussão sobre o avanço dessas culturas em direção ao espaço amazônico, sobretudo a partir do norte do Centro-Oeste<sup>30</sup>. Sendo que esse modelo dispõe de um “pacote” com tecnologia de plantio que não necessitará obrigatoriamente de adaptações locais, nem de orientação de técnicos agrônomos e onde sementes, adubo, pesticidas, técnicas são fornecidas prontas para uso ao produtor. Dessa forma, o meio ambiente é que é adaptado à espécie produtiva e à tecnologia de que se dispõe ao invés do contrário o que gera certamente ainda mais impactos negativos na natureza<sup>31</sup>.

---

crítica sobre as medidas utilizadas para avaliar o desmatamento na Amazônia – dados do INPE e IBAMA – ver texto de PACHECO, Pablo. Belém: Ipam, 2000.

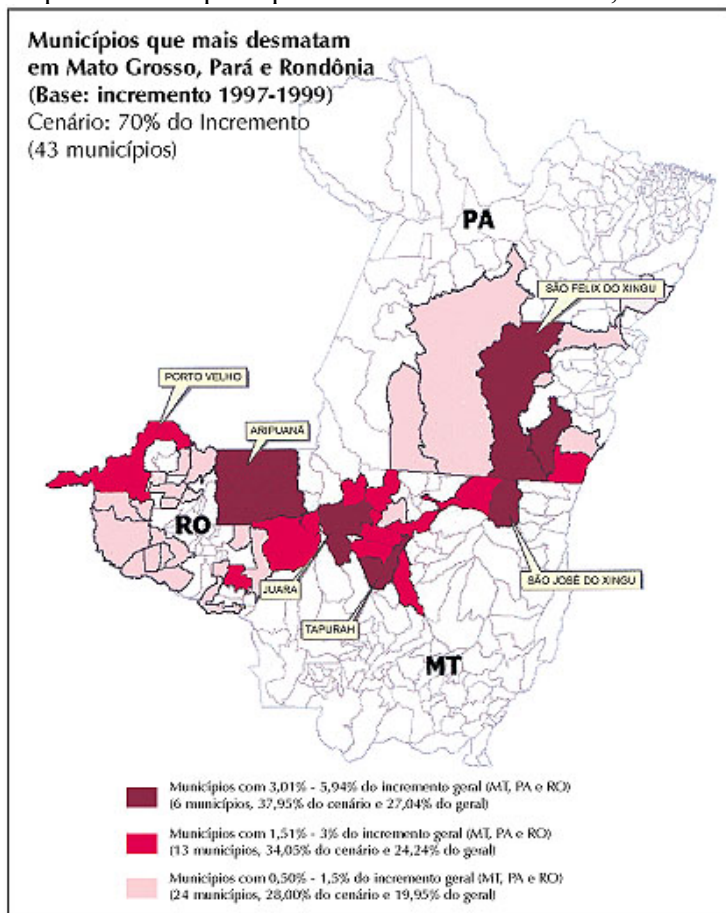
<sup>28</sup> PÁDUA, J. A. *Op. cit.*

<sup>29</sup> Fonte: pesquisa de campo, Cuiabá, fevereiro de 2003.

<sup>30</sup> É importante lembrar que “se a evolução tradicional da fronteira agrícola continuar a ser observada na Amazônia, a soja tende a ganhar cada vez mais espaço, pois a expansão da soja estimula o avanço da pecuária sobre a floresta. Este avanço gera áreas desmatadas que futuramente poderão ser utilizadas pela soja como novas áreas de produção alimentando o processo indefinidamente. Assim sendo, um planejamento adequado do uso da terra na Amazônia é indispensável para o uso responsável dos recursos naturais, sem impactos perversos ao meio ambiente e nem à população local” in COSTA, F. G *et alii*. **Influência do transporte no uso da terra: o caso da logística da movimentação de grãos e insumos na Amazônia legal**. Piracicaba: Esalq / USP e Imazon, 2001.

<sup>31</sup> “Em muitas áreas, a degradação ambiental já produz produtividade decrescente e custos crescentes. Essas atividades agrícolas raramente foram empreendidas com cuidados ambientais. Variedades locais de plantas foram ignoradas e em vez de adaptar a lavoura às características da região, especialmente ao solo, as características da região foram adaptadas aos produtos”. in HOGAN, D. J., CUNHA, J. M. e CARMO, R. L. Uso do solo e mudança de sua cobertura no Centro-Oeste do Brasil: conseqüências demográficas, sociais e ambientais. in HOGAN, D. J. *op. cit* pg. 152.

Mapa 3: Municípios que mais desmataram – MT, PA e RO.



Fonte: INPE 2002

Os estados que tiveram mais aplicação de políticas desenvolvimentistas desde os anos 70, com programas de colonização, abertura de estradas e incentivos fiscais direcionados à pecuária, mineração e exploração madeireiras são inevitavelmente os que hoje têm uma cobertura florestal mais reduzida. Isso é válido para o Pará, Mato Grosso e Rondônia. O atual perfil do desmatamento por município pode ser visualizado, em síntese, no Mapa 2.

## Conclusão

O equilíbrio ambiental passará obrigatoriamente por um processo de maior abertura de espaço de negociação pelos países industrializados e conseqüentemente repartição mais equitativa do padrão de vida e de consumo, beneficiando os países do hemisfério sul. Os

diplomatas dos anos 70 tinham tinha alguma razão ao defender maior espaço nas esferas internacionais para os países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a história demonstra que o processo de formação de um mercado nacional, capitaneado pelo Sudeste do país, marchou de forma inelutável em direção a novas áreas de fronteira ao longo de dois, três séculos. E é a partir dessa lógica econômica que se deve entender o processo de expansão da fronteira na Amazônia.

Da mesma forma que em outros lugares, o processo de ocupação de novos espaços, foi responsável por importante parcela do crescimento econômico, logo, da acumulação capitalista. Mas não é apenas o conhecimento de uma determinada forma de ação antrópica, que reproduz uma certa técnica de dominação da natureza e replica uma estrutura social essencialmente desigual que podem ser observados como pontos fortemente presentes nesta fronteira. Ao mesmo tempo em que as mercadorias e os produtos são postos no mercado nacional e internacional, há a formação de um imaginário intimamente ligado a esse processo de expansão da fronteira. O homem de fronteira não é um simples empreendedor, como o que se encontra nas cidades, mas ele se torna, renascendo e se renovando a cada geração, quase um mito, fundamental e extremamente duradouro. Mito esse que perpassa de forma marcante toda a história deste continente<sup>32</sup>.

Lutar contra esse mito, que aparece de formas diversas, das Montanhas Rochosas aos pampas argentinos, parece ser uma luta vã. Mas políticas públicas eficazes podem ser implementadas, como já foi demonstrado pela prática. O debate sobre esse tema recai assim, obrigatoriamente, na esfera estatal que, ao contrário do que muitos pensam, ainda é hoje a ferramenta de que dispõem a sociedade para interferir em processos que se mostrarão irreversivelmente danosos.

---

<sup>32</sup> Ver especialmente CHINARD, G. *op. cit.*

**Bibliografia:**

ACSELRAD, H. **A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ALMEIDA, O e UHL, C. Developing a quantitative framework for sustainable resource-use planning in the Brazilian Amazon, **World Development**, 23 (10): 1745-64, 1995.

BARBOSA, L. C. The world-system and the destruction of the Brazilian Amazon rain forest. **Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems and Civilizations Review**, vol. 16, n\_2, 1993, pp. 215-240.

BECKER, B. Grandes Projetos e Produção do Espaço Transnacional: Uma Nova Estratégia do Estado na Amazônia, **Revista Brasileira de Geografia**, 51 (4):230-254, 1989.

BINSWANGER, H. P. Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon. **World Development**, Jul., 1991, pp. 821-829.

CASTRO, C. P. **L'Amazonie dans la presse européenne. Une étude sur l'opinion publique.** Paris: Universidade Paris 8, Dissertação de mestrado, mimeo.

CASTRO, E., MONTEIRO, R. e CASTRO, C. P. **Atores e relações sociais em novas fronteiras na Amazônia. Novo Progresso, Castelo de Sonhos e São Félix do Xingú.** Relatório de pesquisa de consultoria prestada ao Banco Mundial, Belém: mimeo, 2003.

CHINARD, G. **L'homme contre la nature. Essais d'histoire de l'Amérique.** Paris: Hermann, 1949.

COSTA, F. G *et alii*. **Influência do transporte no uso da terra: o caso da logística da movimentação de grãos e insumos na Amazônia legal.** Piracicaba: Imazon e Esalq / USP, 2001.

ECKERSLEY, R. **Environmentalism and political theory. Toward an ecocentric approach.** Londres: UCL Press, 1995.

FAO. **State fo the world's forest.** Roma: FAO, 2003.

FERREIRA, L. C. e BARBOSA, S. **Sociologia Ambiental, teoria social e a produção intelectual na América Latina,** Campinas: Relatório de Pesquisa, mimeo, 2004.

FERREIRA, L. C. e VIOLA, E. **Incertezas de sustentabilidade na globalização.** Campinas: Editora Unicamp, 1996, 2ª. tiragem.

FERRY, L. **Le nouvel ordre écologique, l'arbre, l'animal e l'homme.** Paris, Grasset, 1992.

FOREWAKER, J. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GATTARI, F. **Les trois écoogies.** Paris, Poche, 1990.

GUIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

HOGAN, D. J. *et alii*. **Migração e meio ambiente no Centro-Oeste.** Campinas: Núcleo e Estudos de População / Universidade Estadual de Campinas, 2002.

HURRELL, A. The politics of Amazonian deforestation. **Journal of Latin American Studies**, Feb. 1991, pp. 197-215.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite**, 2001-2002. <http://www.inpe.br/>.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA - IPAM. **Bases técnicas para a estruturação do programa de recuperação de áreas alteradas na Amazônia**. Belém: Ipam, 2001.

JANSEN, P.C.M., et alii., eds. **Basic list of species and commoditygrouping (Plant Resources of Southeast Asia)**. Wageningen, the Netherlands, Pudoc, 1991.

KOLK, A. **Forests in international environmental politics. International organisations, ngos and the Brazilian Amazon**. Utrecht, International Books, 1996.

LENA, P. Trajectoires sociales, mobilité spatiale et accumulation paysanne en Amazonie brésilienne: un exemple au Rondônia. **Cahiers des Sciences Humaines**, 1992, pp. 209-234.

LIPIETZ, A. L'Amazonie, mythe français. **Esprit**, Paris: janeiro de 1991.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MIKESELL, M. Comparative Studies in Frontier History. **Annals of the Association of American Geographers**, no. 50, 1960, pp. 62-74.

OLIVER, C. D. e LARSON, B. C. **Forest stand dynamics**. New York: John Wiley, 1996.

PAEHLKE, R. **Environmentalism and the future of progressive politics**. New Haven: Yale, 1989.

PORRIT, J. Environmental politics: the old and the new. *in* JACOBS, M. **Greening the millenium? The new politics of the environment**, Londres: Blackwell/The Political Quaterly, 1997, pp. 62-73.

REDCLIFT, M. e WOODGATE, G. **The international handbook of environmental sociology**. Cheltenham e Northampton: Edward Elgar, 1997.

SMOUTS, M.-C. **Forêts tropicales junlge internationale**. Paris: Presses de Science Po, 2001.

### Sítios Internet

Rainforest Action Network – [www.ran.org](http://www.ran.org)

World Rainforest Information Portal – Amazon, South America, Asia, Africa – [www.rainforestweb.org](http://www.rainforestweb.org)